

| POLÊMICA | TRANSPORTE |

CMM suspeita de fraude para aumento de tarifa

Mesmo sem a confirmação da irregularidade em notas frias, o presidente da Câmara Municipal de Manaus, vereador Wilker Barreto (PHS), disse que, caso o equívoco seja confirmado, será notório o ato de má-fé dos empresários ao fornecer documentos errados

Henderson Martins

Na sessão de ontem, na Câmara Municipal de Manaus (CMM), foi levantada a dúvida de que os documentos apresentados pelas empresas de transporte público de Manaus, teriam sido adulterados a fim de justificar o aumento de R\$ 3,80 da tarifa de ônibus. Para o presidente da casa, vereador Wilker Barreto (PHS), a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) deve se posicionar a respeito da planilha de custos para emitir um alerta sobre a possível apresentação de notas fiscais frias. Mesmo sem a confirmação da irregularidade, Wilker Barreto, disse que caso o equívoco seja confirmado será notório que houve um ato de má-fé por parte dos empresários ao fornecer aos técnicos da Superintendência dos Transportes Urbanos (SMTU), no momento da elaboração da planilha dos gastos com transporte, notas fiscais com irregularidades. De acordo com o parlamentar, os especialistas da Sefaz são os únicos com embasamento para questionar os técnicos da SMTU no quesito notas fiscais. Segundo ele, os erros podem estar presentes em diversas situações e que não se pode culpar os técnicos da SMTU, caso sejam confirmadas as irregularidades. “Qualquer técnico é induzido ao erro se o material levado a ele não for confiável. Depósito total confiança nos técnicos da SMTU que, estão há 20 anos prestando serviços para a cidade de Manaus”, disse Wilker. Entretanto, o presidente da Câmara explicou que é preciso tirar as dúvidas sobre a planilha. Para ele, ainda é um momento muito precipitado fazer algum juízo de valor. Wilker

Barreto explicou que ponderou com o presidente do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), conselheiro Ari Moutinho Júnior para que a Câmara pudesse participar das futuras reuniões sobre a questão do transporte público. Durante a sessão, Wilker revelou não confiar em empresários. “Se essas informações estiverem adulteradas, com toda certeza influencia no cálculo da tarifa, aí estaríamos lesando a população”, salientou. Ao falar sobre o assunto, o vereador Claudio Proença (PR), também direcionou a culpa por irregularidades aos empresários. Segundo ele, após um estudo minucioso no material, não foram encontrado erros nos cálculos feitos pela Superintendência dos Transportes. Para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vereador Álvaro Campelo (PP), o momento é de aguardar o posicionamento dos órgãos fiscalizadores. Segundo ele, o TCE tem técnicos extremamente qualificados e preparados para fazer a análise aprofundada dos dados apresentados e garantiu que a casa deve ter um posicionamento firme para a questão. “Eu fico estupefato diante da possibilidade da apresentação de documentos irregulares e me questiono se os empresários teriam a ousadia de apresentar dados aos órgãos de controle que não fossem consistentes”, disse Campelo. O vereador Bessa (PHS) afirmou acreditar que os empresários são capazes de tudo e lembrou da realização de uma reunião em conjunto com a Comissão de Transporte, juntamente com a de Defesa do Consumidor da casa, quando houve um comprometimento dos empresários de solicitar moedas aos bancos para facilitar o troco na catra-



Vereadores da base e até mesmo da oposição questionam empresas pelos argumentos do aumento da tarifa de ônibus | DIVULGAÇÃO

ca para o usuário de transporte público, o que ele lembra que não aconteceu. Segundo Bessa, nem a Câmara nem a SMTU são convenientes com a atuação dos empresários. O vereador explicou que deve ser cobrado dos órgãos fiscalizadores que apliquem punições severas aos empresários. “Na audiência pública que tivemos nesta casa, eu tinha certeza que aquela planilha estava montada, agora, os órgãos fiscalizadores irão constatar isso”, afirmou Bessa. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Manaus (STTR), Givancir Oliveira expli-

cou que existem diversas irregularidades na planilha de custo. Segundo ele, as empresas retiraram, em média, quase 200 administradores de linha com salários de R\$ 2,4 mil que foram substituídos por fiscais de linha ganhando apenas R\$ 1,5 mil, ele explicou que tem que ser questionado se a redução do valor foi informada na planilha. Ele também comenta sobre outra questão irregular, o pagamento de menores aprendizes que recebem R\$ 480, quando na planilha é informado que são pagos R\$ 1,1 mil. Givancir Oliveira afirmou que deveria constar na planilha a

função de cada funcionário e quanto cada um ganha para fazer o cálculo, sem isso, ele adianta ser impossível realizar o cálculo. “Outro absurdo, é colocar os menores aprendizes para atuar como cobradores, simplesmente para maquiar a planilha para eles terem mais lucros”, criticou o sindicalista. Givancir Oliveira citou ainda a omissão no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que não é repassado por algumas empresas, mas consta na planilha de custo. Ele inclusive citou, que as batidas de carro, que são colocadas como custeios das empresas, o presidente do STTR afirmou

que são despesas dos próprios funcionários. “Essas são algumas das irregularidades que podem ter um impacto enorme na planilha de custos do transporte”, disse. Em nota, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetram) informou que todos os gastos das empresas são monitorados pela SMTU através das notas fiscais e online pelo sistema operacional. E a contratação de aprendizes acontece com base na obrigação legal artigo 429 da CLT. Não contratamos menores, apenas maiores de 18 anos.

| NA ALEAM |

Servidores de fundações de saúde são contra projeto

A pedido dos servidores das fundações de saúde do Estado, que estiveram presentes na Assembleia Legislativa do Estado (Aleam) ontem, o presidente da casa, deputado David Almeida (PSD), retirou da pauta de votações desta quarta-feira, a mensagem de nº 35/2017 que modifica a organização do Poder Executivo, dispondo a composição da administração direta e indireta. O motivo seria o artigo 13, em que o governador José Melo (Pros) propõe que cargos de direção das fundações de saúde sejam providos por livre escolha dele, proibindo as eleições internas feitas pelos servidores. A reunião contou ainda com

as presenças dos deputados Luiz Castro (Rede) e de Sabá Reis (PR), líder do governo na casa, que ouviram o pleito dos servidores, que alegam que isso poderá tirar o direito de eles fazerem eleição para escolher os presidentes entre os técnicos de cada fundação. “Entendo a posição dos servidores e, por isso, solicitei a retirada do projeto de pauta. A gente tem que ouvir e compreender as ponderações e suas razões. Por isso, dentro daquilo que é permitido, conversei com a mesa diretora e esse projeto vai ser retirado de pauta e vamos ver como a gente trafega ele”, disse Sabá Reis. No artigo 13 da mensagem, o governador propõe a revoga-

ção dos artigos 9 das leis de nº 106, 107, 108, 109, 110 e 111, de maio de 2007. O parágrafo único do artigo cita que por causa das revogações “os cargos de direção das fundações de saúde serão providos por livre escolha do governador do Estado”. Caso a medida seja aprovada, atingirá os diretores-presidentes das Fundações de Medicina Tropical (FMT), Centro de Controle de Oncologia do Amazonas (Fcecon), Alfredo da Matta (FAM), Hospital Adriano Jorge (FHAJ), Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS) e Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (FHemoam). Na quarta-feira da semana

passada, empresários estiveram presentes na Assembleia se posicionando contra o projeto de nº 26/2017 que propõe o aumento de 2% na alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos considerados supérfluos, alegando possíveis impactos negativos. Com a pressão, o projeto foi retirado de pauta, fazendo com que o líder Sabá ficasse na responsabilidade de agendar uma reunião com o governador e os empresários para que se houvesse o diálogo na busca de uma solução. Ao EM TEMPO, Sabá adiantou que alguns segmentos já conversaram com o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Jorge Jatamy e trataram de forma individual. O líder ainda pondera que as próximas reuniões acontecerão somente com os secretários para buscar uma solução para poder apresentar ao governador José Melo.



Presidente adia votação do PL 35/2017 | DIVULGAÇÃO